

Novo site Anffa Sindical



O Anffa Sindical tem, agora, um site, com novo template e com novo visual. A intenção é deixá-lo mais interativo e de fácil visibilidade em qual-

quer dispositivo, seja computador, tablet ou mobile.

O site está mais leve e responsivo, com aperfeiçoamento para acessos via celular, além com

novo layout, melhor ordenação do conteúdo e imagens completas, sem cortes.

Já, entre os conteúdos, é possível visualizar a galeria de vídeos institucionais, também de imagens, calendário de aniversariantes, espaço para acompanhamento do trabalho parlamentar, dentre outros.

Para o diretor de Comunicação e Relações Públicas, Antonio Andrade, este é o momento de inovar, promover uma nova linha editorial e de conteúdo. "A comunicação é a principal ferramenta da mobilização. O novo site é um instrumento para levar a informação clara, com agilidade e de forma interativa ao filiado".

Presidente da FPA garante apoio à reestruturação remuneratória caso chegue ao Congresso

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado federal Sérgio Souza (MDB-PR), recebeu o vice-presidente do Anffa Sindical, Ricardo Aurélio, e a diretora de Relações Institucionais, Consuelo Garrastazu Paixão Cortes, para tratar de temas de interesse da categoria.

Na oportunidade, os dirigentes sindicais falaram com o parlamentar das oportunidades de melhoria

do Projeto de Lei 1293/21, que trata do tema, sobre as emendas apresentadas pelo Sindicato por meio de parlamentares afeitos à categoria, além do estreitamento no diálogo com o relator do Projeto, o deputado Domingos Sávio (PSDB/MG). O presidente da FPA afirmou que, havendo acordo com ele, facilitaria o entendimento em torno da questão entre os integrantes da Frente Parlamentar.

A reestruturação remuneratória da carreira e a edição de novos concursos públicos também entraram na pauta da reunião. Sobre esses assuntos, Sérgio Souza disse que compreende a importância das demandas, mas que são de responsabilidade do Executivo e que, chegando ao Legislativo, poderiam ter o apoio da Frente para tramitar no Congresso Nacional.

Fruticultura no Vale do São Francisco

Graças ao trabalho do Affa, as exportações do agrogócio cresceram mais de 50% em 2021, o que inclui frutas, como uva e manga.

Cumprimento de sentença

A DAJ deu início à fase de coleta de documentações para subsidiar a fase de cumprimento de sentença da ação com objetivo de impedir o desconto sobre a parcela de terço constitucional de férias dos filiados.

AFFA cumpre papel fundamental na Fruticultura no Vale do São Francisco que se reflete no PIB do agronegócio

Dados revelam que as exportações do agronegócio tiveram um crescimento de 56% em 2021, gerando um total acumulado de US \$147,5 milhões. Nada disso seria possível sem a presença dos Affas, e aqui destacamos a parcela de sucesso que cabe a esse profissional.

PROGRAMA DE UVAS DE MESA

Tradicionalmente fornecidas pelo Chile, uma troca de variedade do país vizinho possibilitou que um novo mercado se abrisse para o Brasil, e assim, ele vem sendo explorado pelos produtores do Vale, região localizada entre os estados do Pernambuco e Bahia.

O Auditor Fiscal Federal Agropecuário Antônio Romão de Almeida fala um pouco mais sobre essa oportunidade que se abriu para o mercado brasileiro. “Os últimos três anos foram de franco cresci-



mento no número de contêineres enviados aos EUA, nosso principal cliente das uvas de mesa. Com a baixa demanda do consumo interno, o processo de desvio do mercado externo para o interno se inverteu. Hoje, a maior parte do que produzimos no Vale do São Francisco vai para fora do país”.

De acordo com Tássio Lustoza, gerente executivo da Associação de Hortigranjeiros e de Derivados do Vale do São Francisco (Valexport), essa troca de variedade leva a uma demora até que os parreirais voltem a produzir, de modo que só é esperado que o Chile volte ao mercado após uma lacuna de cinco anos.

PROGRAMA DA MANGA

Antônio Romão relata as particularidades desse programa que já é tradicional no Vale do São Francisco. “A praga quarentenária

que visamos eliminar também é a mosca das frutas, mas o tratamento é outro. Ele consiste na imersão do fruto em água quente a 46,1°C, durante 75, 90 ou 110 minutos, a depender do peso da fruta. Esse processo elimina tanto a larva do inseto quanto o próprio ovo. Logo após, o fruto deve ser imerso em água fria, a 21°C e encaminhado para a Zona Limpa. Então ela está apta para a exportação.” Cabe destacar que nesse caso não existe possibilidade de tratamento em trânsito, todo o procedimento precisa ser feito no país de origem.

Atualmente o Brasil realiza exportação de manga para sete países, sendo eles: África do Sul, Argentina, Chile, Coreia do Sul, Estados Unidos, Japão e Uruguai. Todos exigem esse processo de tratamento feito por um agente treinado e autorizado do Ministério de Agricultura Brasileiro, e, apesar da carência de auditores, grandes conquistas vêm sendo alcançadas.

A matéria completa está no site do Sindicato.

Presidente da comissão da Reforma Administrativa quer Affa como cargo típico de Estado

O presidente do Anffa Sindical, Janus Pablo, a diretora de Relações Institucionais, Consuelo Garrastazu, e o filiado Vladimir Oliveira Guimarães, de Pernambuco, estiveram com o presidente da comissão especial da Reforma Administrativa na Câmara dos Deputados (PEC 32/20), Fernando Monteiro (PP-PE).

O parlamentar atendeu prontamente o grupo de Affas para tratar sobre a normatização dos cargos típicos de Estado e a manutenção da categoria nesse rol de atribuições.

“O deputado foi muito solícito e garantiu que fará o possível para continuarmos enquadrados entre os cargos típicos de Estado”, ressal-

tou o presidente do Sindicato.

Segundo Janus Pablo, Fernando Monteiro impressionou ao demonstrar profundo conhecimento das atividades desempenhadas pela carreira, o que só contribuiu para que o debate fosse mais proveito-

so. “O presidente da comissão nos adiantou, por exemplo, que vai retirar um trecho do texto da PEC



32 que pode prejudicar a adição agrícola a partir da percepção remuneratória”, explicou.



Cumprimento de sentença

Jurídico coletará dados de filiados que sofreram descontos previdenciários sobre adicional de férias

Após resultado favorável na justiça sobre a Ação Coletiva n. 0063526-43.2009.4.01.3400/DF, a Diretoria de Assuntos Jurídicos deu início à fase de coleta de documentações para subsidiar a fase de cumprimento de sentença. A ação proposta pelo Anffa Sindical tinha como objetivo impedir o desconto, a título de contribuição previdenciária, sobre a parcela de terço constitucional de férias dos filiados.

São beneficiários os Auditores Fiscais Federais Agropecuários que sofreram esses descontos, no período de 14 de dezembro de 2004 e 18 de julho de 2012.

Para a identificação correta desses filiados, o Jurídico entrou em contato, via e-mail, com as Delegacias Sindicais para que seja feito o levantamento e a compilação dos dados para a propositura citada. Todos os documentos devem ser encaminhados às Delegacias Sindicais que realizaram a compilação e o envio à Diretoria de Assuntos Jurídicos até o dia 12 de outubro deste ano. São eles: fichas financeiras de 21 dezembro de 2004 até 18 de julho de 2012 (filiados ativos no período descrito (21 dezembro de 2004 até 18 de julho de 2012), tendo em vista que se trata de desconto sofrido no benefício de férias; cópia de um

documento de identificação com foto; comprovante de endereço, e procuração de poderes ad judicium assinada, por meio da qual conferirá os poderes para requerer judicialmente o pagamento dos valores (modelo anexo – envio de documento físico original).

De acordo com a nota de trânsito em julgado elaborada pelo escritório Torreão Braz, que presta serviços ao Sindicato, o valor a ser compensado será acrescido da taxa Selic desde o recolhimento indevido, e de juros obtidos pela aplicação do referido índice (arts. 39, § 40, da Lei n. 9.250/1995 e 89, § 4º, da Lei n. 8.212/1991, com a redação dada pela Lei n. 11.941/2009).

Espaço do Aposentado e Pensionista



“PROCESSÃO”- GDAFA

Recentemente recebemos documento do Escritório de Advocacia Mota Advogados, discorrendo sobre os nossos processos da diferença da Gratificação-GDAFA. Como tenho notificado aqui nesta coluna, a União vem interpondo embargos de declaração, bem como recurso especial e extraordinário e também agravos. Todos eles para postergar (atrasar) os nossos processos. O meu está com os dois recursos (especial e extraordinário), espero que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Superior Tribunal Federal (STF), não aceitem os argumentos do governo.

Em nota, o escritório Mota Advogados informa que devemos “Aguardar o trânsito em julgado dos embargos à execução, para que as execuções tenham seu curso retomado na primeira instância, de modo que os cálculos sejam adequados ou que restou decidido no feito”.

- Para os pensionistas, em que o instituidor da pensão esteja no processo, há necessidade de fazer a habilitação dos herdeiros, para quando sair o precatório poder sacar o recurso, porém, ainda não há previsão de pagamento. Para tanto há necessidade de constituir um advogado, assinar procuração e contra-

to de honorários, que variam de 6% a 15%, além de fornecer os dados necessários para a conclusão do processo.

Sobre este assunto a Diretoria de Aposentados e Pensionistas poderá auxiliar os colegas que estão nesta situação. Basta entrar em contato por e-mail ou telefone.

- Sobre o Plano Operativo (PO) que está em andamento, a Diretoria de Aposentados e Pensionistas está informando dentro dos prazos estipulados o cumprimento das metas e ações estipuladas.
- Esperamos que neste segundo semestre possamos fazer a nossa reunião presencial com os Diretores de Aposentados e Pensionistas para alinhamento das ações das nossas Diretorias.

Jose Luiz Castilhos

Diretor de Aposentados e Pensionistas

Telmízio José da Cunha

Diretor do Departamento de Aposentados e Pensionistas

Fone: (51) 99135 0867

E-mail: aposentados@anffasindical.org.br